



AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP
SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO DE PESSOAS E DO CONHECIMENTO
COORDENAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO ORGANIZACIONAL

OFÍCIO Nº 33/2025/SGP-CDO/SGP/ANP-RJ-e

Rio de Janeiro, *data da assinatura eletrônica*.

À Senhora
Esther Dweck
Ministra de Estado
Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos
Esplanada dos Ministérios, Bloco K
CEP 70.040-906 – Brasília/DF
agenda.mgi@gestao.gov.br

Assunto: Pedido de Autorização para Realização de Concurso Público para Provimento dos Cargos Vagos da ANP.

Referência: Processo ANP SEI nº 48610.206985/2025-90.

Senhora Ministra de Estado,

1. Trata-se de **pedido de autorização** para realização de concurso público para provimento de 143 (cento e quarenta e três) **cargos vagos** do quadro efetivo de pessoal da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), das carreiras de Especialista em Geologia e Geofísica do Petróleo e Gás Natural, de Regulação e Fiscalização de Petróleo e Derivados, Álcool Combustível e Gás Natural, de Suporte à Regulação e Fiscalização de Petróleo e Derivados, Álcool Combustível e Gás Natural, além das carreiras de Analista Administrativo e Técnico Administrativo, a ser apreciado por esse Ministério, nos termos do Decreto nº 9.739, de 28 de março de 2019 e da Instrução Normativa nº 2, de 27 de agosto de 2019, alterada pela Instrução Normativa Conjunta MGI/MPO nº 64, de 25 de fevereiro de 2025.
2. Atendendo à todos os critérios da Instrução Normativa ME nº 2, de 27 de agosto de 2019, e de suas atualizações, esse Ofício da Diretoria-Geral da ANP é acompanhado de Nota Técnica elaborada conforme padrão disponibilizado na página do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI); de formulário para solicitação de autorização para concurso, devidamente preenchido; de planilha eletrônica com a estimativa de impacto orçamentário-financeiro, para o exercício do provimento dos cargos e os dois exercícios subsequentes, nos termos do art. 7º do Decreto nº 9.739, de 2019; e parecer da Procuradoria Federal junto à ANP atestando possibilidade jurídica para formalização do pedido.
3. Tendo em vista a substancial ampliação das atribuições da ANP nos últimos anos, concomitante à crescente vacância de cargos efetivos e extinção de cargos do quadro específico da ANP, verifica-se a necessidade de fortalecimento da capacidade institucional desta Agência, nos termos

do Decreto nº 9.739, de 28 de março de 2019, por meio de autorização de concurso público para provimento dos cargos apresentados na *Tabela 1*.

Tabela 1: Quantitativo de cargos vagos na ANP.

Cargo	Quantidade
Especialista em Regulação de Petróleo e Derivados e Gás Natural	65
Especialista em Geologia e Geofísica do Petróleo e Gás Natural	21
Técnico em Regulação de Petróleo e Derivados e Gás Natural	16
Analista Administrativo	25
Técnico Administrativo	16
Total	143

4. Como amplamente comunicado a esse Ministério em outras oportunidades, e circunstanciado na Nota Técnica nº 8/2025/SGP-CDO/SGP/ANP-RJ (SEI nº 4816876), de 17 de abril de 2025, a necessidade de fortalecimento da capacidade institucional da ANP decorre de diversos diplomas legais que ampliaram suas atribuições nas últimas décadas, bem como do expressivo crescimento do setor de petróleo, gás natural e biocombustíveis no país, em função da abertura do mercado de gás natural, do incentivo governamental da utilização de biocombustíveis na matriz energética brasileira, do fomento à exploração de petróleo e gás e da demanda crescente por novas fontes de energia, com foco cada vez maior em transição energética. Diante desse contexto, a ANP enfrenta patente escassez de pessoal e, portanto, necessita urgentemente recompor seu quadro efetivo para que possa desempenhar suas funções básicas de regulação, autorização e fiscalização visando a garantia do abastecimento nacional, o desenvolvimento sustentável do mercado regulado e o interesse público.
5. O aumento da carga de trabalho da ANP, em razão do exposto, ocorreu sem que tenha havido proporcional acréscimo na estrutura de pessoal. Em relação especificamente ao quadro efetivo de servidores, a ANP conta com a mesma estrutura aprovada pela Lei nº 10.871, de 20 de maio de 2004. Hoje já são 143 cargos vagos, que representam mais de 18% do total de 780 cargos previstos em lei. Destaca-se que o número de vacâncias aumenta a cada ano, contribuindo para um distanciamento crescente entre o efetivo da ANP e a quantidade de trabalhadores que é necessária para a realização das atividades de regulação do mercado de petróleo, gás natural e biocombustíveis na década atual e nas próximas. Recentemente, em seu Acórdão nº 817/2024 – TCU – Plenário (SEI nº 4816864), o Tribunal de Contas da União **relatou** o acompanhamento da política pública denominada “Novo Mercado de Gás (NMG)”, e constatou **uma falta de recursos humanos na ANP que causa atrasos no cumprimento de sua agenda regulatória e dificulta a realização das demais atribuições que lhe foram imputadas pela nova legislação**. O relatório foi **encaminhado** para análise de uma série de órgãos, incluindo o Ministério da Economia e o Ministério de Minas e Energia, dada a gravidade das consequências para o funcionamento do setor de petróleo, gás natural e bioenergia, em especial aos programas que derivam da Nova Lei do Gás.
6. Vale destacar que o último concurso público realizado pela ANP foi autorizado ainda em 2015. A autorização não abarcava a totalidade dos cargos vagos na Agência, restringindo o concurso à substituição de terceirizados, a partir do oferecimento de 34 vagas de nível médio, sendo 14 para técnicos em regulação e 20 para técnicos administrativos. Ademais, a ANP não foi contemplada com a autorização para realização de concurso de nível superior em mais de doze anos. Desde então, ocorreram 60 aposentadorias e mais 9 desligamentos em virtude de falecimentos, a maior parte servidores do quadro específico, sendo as vagas extintas, o que impede a reposição. Ademais, ocorreram 26 pedidos de vacância, 43 exonerações ou demissões e, atualmente, há 49 servidores aptos a se aposentar. Além disso, a ANP possui 53 servidores requisitados, cedidos ou movimentados para compor força de trabalho em outras instituições públicas.
7. Cabe destacar ainda que se observa, nos últimos anos, um aumento da evasão de

servidores, boa parte atraída pelo mercado em razão do aquecimento do setor de óleo e gás, que se contrapõe à defasagem salarial enfrentada na Agência. Esses fatores têm dificultado a retenção de servidores do quadro, que possuem alto grau de qualificação, obtido ao longo de anos de investimento em aprendizagem e desenvolvimento na ANP.

8. Ciente dos desafios de executar tamanho volume de trabalho com um quadro de servidores defasado, em 2018 a ANP implementou o Dimensionamento da Força de Trabalho (DFT), em parceria com a Fundação Dom Cabral, visando quantificar e gerir melhor sua força de trabalho. Em 2021, a ferramenta foi aprimorada com o objetivo de torná-la mais aderente ao Programa de Gestão de que trata a Instrução Normativa nº 65, de 30 de julho de 2020 e o Decreto nº 11.072, de 17 de maio de 2022. As unidades organizacionais promoveram a atualização do DFT de suas equipes naquele ano com base no novo modelo. Por fim, em 2023 a ANP realizou o DFT das suas Diretorias. Os resultados, condizentes com os dados supracitados, apontaram um déficit de mais de 168 profissionais na ANP, conforme números discriminados por unidade organizacional na tabela abaixo.

Tabela 2: Dimensionamento da Força de Trabalho da ANP

Dimensionamento da Força de Trabalho (DFT) - Unidades Organizacionais ANP - 2021			
Unidade Organizacional	Quadro de Servidores em 2021	Resultado DFT	Lacunas de Pessoal
Auditoria - AUD	5,76	10,75	4,99
Núcleo de Fiscalização da Medição da Produção de Petróleo e Gás Natural - NFP	23,15	59,99	36,84
Superintendência de Conteúdo Local - SCL	14,75	29,95	15,2
Superintendência de Avaliação Geológica e Econômica - SAG	19,75	28,84	9,09
Superintendência de Desenvolvimento e Produção - SDP	35,5	50,53	15,03
Superintendência de Defesa da Concorrência - SDC	16,25	29,23	12,98
Superintendência de Governança e Estratégia - SGE	17	32,22	15,22
Superintendência de Exploração - SEP	29,5	49,08	19,58
Superintendência de Gestão Administrativa e Aquisições- SGA	58,25	72,09	13,84
Superintendência de Infraestrutura e Movimentação - SIM	45	69,47	24,47
Superintendência de Produção de Combustíveis - SPC	28,25	41,78	13,53
Superintendência de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico - SPD	21	24,21	3,21
Superintendência de Participações Governamentais - SPG	19,25	27,92	8,67
Superintendência de Segurança Operacional e Meio Ambiente - SSM	57,75	72,17	14,42
Superintendência de Gestão de Pessoas e do Conhecimento - SGP	46,65	63,65	17,1
Superintendência de Dados Técnicos - SDT	53,9	66,6	12,7
Superintendência de Gestão Financeira e Orçamentária- SFO	25	27,3	2,3
Superintendência de Fiscalização do Abastecimento - SFI	36,5	42,93	6,43
Superintendência de Distribuição Logística - SDL	56,95	68,02	11,07
Superintendência de Promoção de Licitações - SPL	21	25,14	4,14
Superintendência de Tecnologia da Informação - STI	19,75	22,88	3,13
Superintendência de Biocombustíveis e de Qualidade de Produtos - SBQ	23,5	31,94	8,44
Superintendência de Comunicação e Relações Institucionais - SCI	22,75	25,69	2,94
Centro de Pesquisas e Análises Tecnológicas - CPT	44,75	48,59	3,84
Corregedoria - CRG	4,8	5,03	1,23
Gabinete do Diretor-Geral - GAB	5,75	9,52	3,77
Inteligência - INT	5	6,88	1,88
Ouvidoria - OUV	8,45	8,45	0
Procuradoria Geral - PRG	21,51	29,79	8,28
Núcleo de Gestão de Créditos - NGC	29,04	30,55	1,15

Dimensionamento da Força de Trabalho (DFT) - Unidades Organizacionais ANP - 2021			
Núcleo Regional de Fiscalização do Abastecimento de Belo Horizonte - NBH	11	15,05	4,05
Núcleo Regional de Fiscalização do Abastecimento de Brasília, Distrito Federal - NDF	36,16	36,68	0,52
Núcleo Regional de Fiscalização do Abastecimento de Manaus - NMA	6	10,51	4,51
Núcleo Regional de Fiscalização do Abastecimento de Porto Alegre - NPA	12	16,64	4,64
Núcleo Regional de Fiscalização do Abastecimento do Rio de Janeiro - NRJ	10	16,76	6,76
Núcleo Regional de Fiscalização do Abastecimento de Salvador - NSA	37,75	50,32	12,57
Núcleo Regional de Fiscalização do Abastecimento de São Paulo - NSP	43,6	67,76	25,16

Dimensionamento da Força de Trabalho (DFT) - Diretorias - março/2023			
Unidade Organizacional	Quadro de Servidores em 2023	Resultado DFT	Lacunas de Pessoal
Diretoria-Geral - DG	3	6,2	3,2
Diretoria-1 - DIR 1	2	7,7	5,7
Diretoria-2 - DIR 2	2	7,7	5,7
Diretoria-3 - DIR 3	2	8,1	6,1
Diretoria-4 - DIR 4	2	7,7	5,7
Déficit Total de Colaboradores			379,08*

*Para método de cálculo do DFT, considera-se que 1 (um) colaborador tem carga horária de 40 horas semanais. Como algumas pessoas possuem jornadas inferiores, o cálculo do quantitativo de colaboradores considera números decimais.

9. Embora esta Agência tenha buscado alternativas para compor sua força de trabalho, bem como investido constantemente no aprimoramento de seus processos e ferramentas de gestão para aumentar cada vez mais sua produtividade, encontra-se em situação crítica de escassez de pessoal. A ANP vem se esforçando por meio de diferentes caminhos: pedidos de autorização para processos seletivos para as carreiras com exercício descentralizado; atração de servidores do quadro em exercício em outros órgãos em razão da aprovação do Programa de Gestão da ANP; movimentações para compor a nossa força de trabalho, nos termos da Portaria nº 8.471/2022. Além disso, recentemente, a Agência obteve autorização e realizou processo seletivo simplificado para contratação temporária, para o atendimento de necessidades excepcionais de interesse público de caráter temporário.

10. No entanto, esses esforços não são suficientes para mitigar os riscos decorrentes da necessidade de servidores efetivos das carreiras da ANP. Ressalta-se que o provimento dos cargos vagos, previstos na Lei nº 10.871/2004, é imprescindível para o desempenho do amplo leque de atribuições, tendo em vista a especificidade das carreiras da Agência, as quais possuem atribuições voltadas para as atividades finalísticas inerentes ao exercício das competências da ANP, englobando atividades relacionadas à geologia e geofísica do petróleo e gás natural, atividades de natureza fiscal ou decorrentes do poder de polícia, além de atividades de suporte voltadas às competências constitucionais e legais da Agência, que contribuem para a implementação e execução dos planos, programas e projetos públicos do setor regulado. Assim sendo, considera-se inviável suprir essa demanda por outros meios de atração de pessoal, evidenciando a necessidade de autorização do concurso público em questão.

11. Conclui-se que o objetivo da realização de concurso público é complementar a estrutura de pessoal da ANP, fornecendo capacidade institucional suficiente para que esta Agência possa seguir desempenhando todas as suas atribuições de maneira regular, com o nível de qualidade necessário, em face da escassez de pessoal observada atualmente. Toda a demanda relatada neste Ofício requer da ANP robustez e capital suficiente para executar uma agenda regulatória consistente. Ao mesmo tempo que, com foco na garantia do abastecimento nacional, esta Agência precisa manter-se apta a monitorar e fiscalizar mercados mais pujantes e com pluralidade de agentes. Sendo assim, entende-se que a ANP

enfrenta alto risco de não contribuir satisfatoriamente para a implementação das novas políticas públicas ao enfrentar os desafios do setor em um contexto interno de escassez de pessoal. Cumpre destacar que esses objetivos seriam fortemente impactados pelo provimento das referidas vagas.

12. A Instrução Normativa ME nº 2, de 27 de agosto de 2019, alterada pela Instrução Normativa Conjunta MGI/MPO nº 64, de 25 de fevereiro de 2025, que dispõe sobre critérios e procedimentos gerais para autorização de provimento de cargos públicos, no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, estabelece, em seu artigo 15, que as solicitações de autorização de concurso público deverão ser encaminhadas por ofício do dirigente máximo da agência reguladora até o dia 31 de maio de cada ano e devem conter: nota técnica da área competente, conforme o modelo disponibilizado na internet; formulário de solicitação de autorização de concurso público, conforme o modelo disponibilizado na internet; planilha eletrônica com a estimativa de impacto orçamentário-financeiro, conforme o modelo disponibilizado na internet; e parecer jurídico.

13. Nesse sentido, durante a instrução do processo 48610.206985/2025-90, foram juntados todos os documentos exigidos pela legislação pertinente:

- a) Nota Técnica nº 8/2025/SGP-CDO/SGP/ANP-RJ, de 17 de abril de 2025, de apresentação da solicitação de autorização de concurso público, conforme padrão disponibilizado na página do MGI (SEI nº 4816876);
- b) Formulário para Solicitações de Autorização de Concurso Público, seguindo os modelos disponibilizados na página do Ministério da Gestão e Inovação em Serviços Públicos, devidamente preenchido (SEI nº 4884865);
- c) Planilha eletrônica com a estimativa de impacto orçamentário-financeiro, para o exercício do provimento dos cargos e os dois exercícios subsequentes, observado o art. 7º do Decreto nº 9.739, de 2019 (SEI nº 4903229);
- d) Parecer Jurídico nº xxxxx/2025/PFANP/PGF/AGU da Procuradoria Federal junto à ANP (SEI nº); e
- e) Despacho do Circuito Deliberativo nº xxxx/2025/SGE-CIRCUITO/SGE (SEI nº).

14. De acordo com o cronograma previsto para o concurso público na Nota Técnica nº 8/2025/SGP-CPP/SGP/ANP-RJ (SEI nº 4816876), os provimentos dos cargos se dariam durante o exercício de 2026. Sendo assim, cumpre ressaltar que a dotação orçamentária precisa estar especificada na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) do respectivo exercício.

15. Isto posto, consideramos que todas as exigências legais para a autorização de concurso público foram plenamente atendidas durante a instrução do referido processo e, principalmente, que a Nota Técnica nº 8/2025/SGP-CPP/SGP/ANP-RJ (SEI nº 4816876) demonstra, exaustivamente, de um lado, a patente escassez de pessoal e, de outro, o aumento significativo do volume de trabalho na ANP durante os últimos anos. Portanto, solicitamos o obséquio da competente avaliação desse Ministério para a autorização de concurso público conforme proposto, a fim de fortalecer a capacidade institucional desta Agência em direção ao atingimento do interesse público.

16. Qualquer dúvida estamos à disposição.

Atenciosamente,

Anexos:

- 1) Nota Técnica nº 8/2025/SGP-CDO/SGP/ANP-RJ (SEI nº 4816876);
- 2) Formulário para Solicitações de Autorização de Concurso Público (SEI nº 4884865);
- 3) Planilha eletrônica com a estimativa de impacto orçamentário-financeiro (SEI nº 4903229);
- 4) Parecer da Procuradoria Federal junto à ANP nº xxxx/2025/PFANP/PGF/AGU (SEI nº);
- 5) Acórdão nº 817/2024 – TCU – Plenário (SEI nº 4816864);

- 6) Mensagem Presidencial ao Congresso Nacional em 2025 (SEI nº 4816831);
- 7) Plano Plurianual 2024-2027 (SEI nº 4816848)
- 8) Despacho do Diretor-Relator - Circuito Deliberativo nº xxx/2025/DG (SEI nº); e
- 9) Despacho do Circuito Deliberativo nº xxx/2025/SGE-CIRCUITO/SGE (SEI nº).

Avenida Rio Branco, 65 / 12º a 22º andares - Bairro Centro
CEP 20090-004 - Rio de Janeiro - RJ
Telefone: (21) 2112-8100 / www.anp.gov.br

Observação: Caso responda este ofício, indicar expressamente o processo nº 48610.206985/2025-90

SEI nº 4885042

